



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 13.709-000.504/89-45

2.º	PUBLICADO NO D.O.U.
C	19/01/1993
C	Ds.
Rubrica	

Sessão de : 11 de junho de 1992 ACORDÃO Nº 201-68.166
Recurso nº: 87.483
Recorrente: LEIBINGER DO BRASIL MATERIAL GRAFICO LTDA.
Recorrida : DRF NO RIO DE JANEIRO - RJ

PIS-FATURAMENTO - Auto de Infração que não atende aos requisitos elencados no artigo 10 do Decreto nº 70.235/72. Processo que se anula "ab initio"

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por LEIBINGER DO BRASIL MATERIAL GRAFICO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em anular o processo "ab initio". Ausente, justificadamente, o Conselheiro DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1992.

Ra 11.
ROBERTO BARBOSA DE CASTRO -- Presidente

Selma Santos Wolszczak
SELMA SANTOS SALOMMO WOLSZCZAK -- Relatora

Antonio Carlos Taques
ANTONIO CARLOS TAQUES CACHARGO -- Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 25 SET 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LINO DE AZEVEDO MESQUITA, HENRIQUE NEVES DA SILVA, ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO, ARISTOFANES FONTOURA DE HOLANDA e SERGIO GOMES VELLOSO.

OVR'S



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 13.709-000.504/89-45

Recurso no 87.483

Acórdão no 201-68.166

Recorrente LEIBINGER DO BRASIL MATERIAL GRAFICO LTDA.

R E L A T O R I O

O Auto de Infração de fls. 02, e seus anexos, não descreve os fatos que teriam sido apurados pela fiscalização e que evidenciariam omissão de receitas da qual teria resultado insuficiência no recolhimento de contribuição ao PIS-FATURAMENTO, pela Recorrente, conquanto o Termo de Verificação e Encerramento de Ação Fiscal, de fls. 03, dê notícia de que a empresa teria recebido, registrado e utilizado notas fiscais emitidas por empresas desativadas e/ou inexistentes.

Em impugnação tempestiva, fls. 06/08, a empresa reporta-se a argumentos expeditos em processo pertinente ao Imposto de Renda (fls. 07), e assinala que o PIS-FATURAMENTO tem como fato gerador a Receita Bruta de Venda, sendo inaceitável a incidência aqui pretendida, sobre despesas e custos operacionais glosados.

A decisão de 1º grau, a fls. 24/25, confirma integralmente a autuação, ao fundamento de que aos procedimentos decorrentes ou reflexos aplique-se o decidido sobre a ação fiscal que lhes deu origem, por terem suporte fático comum. A fls. 23 está por cópia a decisão proferida nos outros autos.

O Recurso, tempestivo, interposto pela empresa está a fls. 29/31.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 13.709-000.504/89-45
Acórdão nº 201-68.166

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK

O Auto de Infração de fls. 02, não atende aos requisitos elencados no artigo 10 do Decreto nº 70.235/72, sendo, portanto, imprestável para os fins pretendidos.

De nenhuma maneira se descreveu, naquela peça ou em seus anexos, como se caracterizou a omissão de receita imputada, em que essa omissão se relaciona com o recebimento, o registro e a utilização das notas fiscais referidas no Termo de fls. 03.

A Informação Fiscal não tem pertinência com os argumentos expostos em impugnação, e, de mesma forma, a decisão de primeiro grau nenhuma referência faz aos argumentos específicos expostos em defesa, tendo-se assim claramente configurado o inteiro descumprimento das regras processuais estabelecidas no Decreto nº 70.235/72.

Com essas considerações, voto pela anulação do processo ab initio.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1992.

A signature in cursive ink, appearing to read "Selma Santos Salomão Wolszczak".
SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK